

**PSICANÁLISE**  
**ANTROPOFÁGICA**  
( identidade, gênero, arte )

**Tania Rivera**

## a favor da identidade (e contra a enunciação “neutra” da teoria)

Subversão do sujeito, descentramento do eu, dessubjetivação: a teoria psicanalítica costuma agenciar toda uma gramática de termos críticos da noção de identidade, entendida como alienante, ilusória e narcísica. No que se refere ao laço social, chegamos mesmo a vê-la como potencialmente fascista, segundo o esquema da massa, que é concebida por Freud como uma espécie de identidade grupal, firmemente construída sobre os pilares da relação acrítica de cada membro a um líder, uma ideia ou valor investido no lugar de ideal do eu. Unidos como irmãos que compartilham tal ligação a um pai que os amaria igualmente, os membros da massa formam um tecido social homogêneo, no qual não há lugar para diferenças e dissensões. A força da identificação operante entre eles pode chegar ao contágio que suspende toda censura e leva a atos que individualmente não seriam realizados, como linchamentos, por exemplo. Tal adesão acrítica à identidade do grupo reforça-se, ademais, pelo aticamento de ódio e repúdio a seu oposto complementar, a figura de um outro cuja diferença é realçada, ainda que consista em distinções mínimas, segundo a lógica do que Freud chama “narcisismo das pequenas diferenças.”<sup>1</sup>

Em seu bem conhecido *Psicologia das massas e análise do eu*, de

1 Freud, Sigmund. (1974/1930). “O mal-estar na civilização”. In *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas* (a partir daqui referida como *ESB*), v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, p. 136.

1921, o psicanalista antecipava com essas ideias aquilo que o nazismo poria em prática nas décadas seguintes da maneira mais espetacular e terrível, com o genocídio de milhões de judeus, homossexuais, ciganos, pacientes psiquiátricos, portadores de deficiência física e outras minorias. O próprio Freud teve o fim de sua vida marcado pela perseguição e pelo exílio por sua condição de judeu, como se sabe. Na trilha desta tragédia, o discurso psicanalítico inscreve na cultura, na segunda metade do século XX, uma clara e importante oposição a tais extremismos identitários nos quais a massa de semelhantes nega a diferença e chega a objetivar a aniquilação do outro. Ele o faz através de uma espécie de elogio da alteridade que vai de par com a compreensão do sujeito do inconsciente como oposto à noção mesma de identidade.

No Brasil, tal crítica da identidade podia parecer, até pouco tempo atrás, consoante com certas noções como a de miscigenação, de gentileza para com o outro e inclusive de antropofagia, em sua afirmação de que "só me interessa o que não é meu", como vimos<sup>2</sup>. Segundo a lógica de tais noções relativizadoras das diferenças, haveria entre nós uma grande mobilidade entre eu e outro, que poderia até ser tomada, paradoxalmente, como uma espécie de traço identificatório do brasileiro. O diferente seria aqui facilmente assimilável, de acordo com este raciocínio, na medida em que o "eu mesmo" seria constituído pela mistura entre povos e "raças". Diversas vezes vêm, entretanto, desmontando a falácia de tal permeabilidade entre *eu* e *outro* para demonstrar seu papel no ocultamento das desigualdades, especialmente no que diz respeito aos povos originários e aos descendentes de pessoas escravizadas, cujo assujeitamento violento, aviltante e sistemático fica silenciado pela ideia de mescla entre culturas (que pressupõe que todas nela participam em pé de igualdade). Neste contexto, a crítica da identidade, em vez de se aliar ao reconhecimento da alteridade, corre o risco de servir à não aceitação do outro como diferente.

Muitos movimentos identitários surgiram e fortaleceram-se recentemente no jogo político do país em reação a tal discurso pseudo-desidentitário, que oculta as opressões para melhor exercê-las. Eles tomam hoje importante papel crítico e de mobilização contra a

<sup>2</sup> Andrade, Oswald de. "Manifesto Antropófago", op. cit.

desigualdade, a opressão e as práticas genocidas que marcam nossa história e nosso presente. Entre as importantes e numerosas questões por eles colocadas, interessa-me aqui aquela que convoca a psicanálise a examinar a noção de identidade como seu fundamento. Para adentrar tal problemática, porém, devemos lembrar que não se pode "examinar" a questão de forma neutra e desencarnada, nem tampouco considerar o campo da psicanálise como uma entidade una, consistente e independente de quem a mobiliza e das questões que a/o levam a fazê-lo. O que tentarei trazer aqui não é um exame, mas sim uma proposta singularmente assumida: a de retomar a questão da identidade em sua relação à teoria psicanalítica, para salientar uma vertente que lhe é correlata, mas costuma permanecer latente. Refiro-me à sua dimensão de *reconhecimento pelo Outro*.

Para tal, gostaria de voltar ao mito das origens da sociedade de *Totem e Tabu*. Como vimos, ele toma como ponto de partida a hipótese darwiniana de caracterização das hordas primitivas como um bando de machos submetidos à violência e arbitrariedade de um pai que detinha todos os poderes, inclusive a posse das mulheres. Um dia, os irmãos unem-se e matam-no. "No princípio era o ato", afirma Freud, referindo-se a este assassinato realizado coletivamente<sup>3</sup>. Em seguida, os filhos devoram o pai no banquete antropofágico, incorporando-o de maneira igualmente compartilhada. Com a identificação com o pai morto, tornado um significante, instala-se assim a fratria, a sociedade de irmãos, guiada pela Lei que impede que qualquer um deles venha a ocupar o lugar tirânico do pai. Deve-se sublinhar, nesta narrativa, a partilha igualitária do ato e do significante pelos irmãos, que serve de esteio para o consequente compartilhamento da identidade grupal simbolizada pelo Totem, bem como para a igualdade de condições dos irmãos frente à Lei. Mas é surpreendente que nesta partilha não se mencionem as mulheres, nomeadas como objeto de gozo na situação inicial. Elas simplesmente não são identificadas neste ato fundante. O significante "irmãos", em vez de subsumi-las implicitamente, recobre o campo de forma total, negando a elas qualquer significante identitário – ou seja, qualquer reconhecimento. A universalidade da posição do "irmão" como sujeito do pacto social já mostra assim, na pluma de

3 Freud, Sigmund. (1974/1912). "Totem e Tabu". In *ESB*, vol. XIII, op. cit., p. 191.

Freud, que sua condição fundamental baseia-se no apagamento de alguns significantes, a carrear com ele a exclusão de muitos/as sob a ilusão de “todos”.

Apesar de não ser articulada à narrativa de *Totem e Tabu*, a opressão de alguns é reconhecida por Freud como inerente à sociedade, como mostra sua citação da máxima que Hobbes toma de Plauto: “o homem é o lobo do homem”<sup>4</sup>. A apropriação fundante de um significante capaz de identificar o sujeito se dá no âmbito coletivo, em um ato de reconhecimento na cultura que se declina em reconhecimento mútuo e pretensa igualdade de direitos, mas ela encobre a violência exercida sobre alguns, que não fariam parte “dos irmãos” e cuja exclusão e opressão seria naturalizada por sua condição de “diferentes” – como os povos autóctones das colônias europeias na América e em outros continentes. A estes não parece possível realizar a apropriação fundamental que Freud caracteriza, ao citar o *Fausto* de Goethe: “Aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu”<sup>5</sup>, pois eles sequer são reconhecidos como filhos. A eles só cabe, no discurso “dos irmãos”, a posição de espoliados, complementar àquela de seus espoliadores. Está vago o lugar de inscrição na cultura de significantes nos quais eles possam se reconhecer e fazerem-se reconhecer.

O totem pode, por essa via, ser entendido como instrumento de poder de alguns sobre muitos outros, em vez de traço identificatório inclusivo e igualmente partilhado entre todos. E os tabus podem se revestir do papel de “recalcadores”, por assim dizer: práticas que impedem que alguns significantes sejam acessados. Ao se suspenderem alguns tabus, creio que se pode claramente perceber, sob o mito da democracia “dos irmãos”, a violência com a qual o pai da horda segue vivo, a embaralhar os significantes de modo a incitar aqueles que oprime a com ele se identificarem, na promessa de que um dia também lhes caberá o lugar da espoliação e usurpação. Está assim em pauta, hoje, a necessidade de reconhecermos, ética e politicamente, que a narrativa mítica das origens do pacto social que se declina em *Totem e Tabu* não só jamais se cumpriu como modelo de sociedade justa e igualitária, como seu próprio surgimento pode ser

4 Freud, Sigmund. (1974/1930). “O mal-estar na civilização”. In *ESB*, op. cit., p. 133.

5 Freud, Sigmund. (1974/1912). “Totem e Tabu”. In *ESB*, op. cit., p. 188.

tomado como uma hipócrita denegação da exploração e violência colonial sobre a qual se edificou o Iluminismo europeu. E em um país periférico, desigual e ainda hoje sob o jugo do neocolonialismo como o Brasil, trata-se de revelar que tal narrativa, que costumamos tomar como um esquema estrutural do advento da Lei, só pode agir como uma farsa - na medida em que simplesmente não há e nunca houve uma "sociedade dos irmãos", a não ser localizadamente, entre aqueles que detêm os privilégios.

Isso teria por consequência a impossibilidade de que se formem certas massas em torno de significantes que sejam coerentes com a situação social e histórica de seus membros, e que pessoas reforcem a alienação de sua construção egóica pelo pertencimento imaginário a agrupamentos opressores e excludentes. Teríamos aí um dos fatores capazes de justificar a adesão de parcelas excluídas da população ao discurso, e por vezes ao voto, de representantes de seus opressores históricos, ao lado de outros também importantes, como a parca educação histórica e política e o embaralhamento das palavras de ordem dos partidos e dos políticos que costuma servir a fins espúrios. E deste modo revela-se a necessidade e legitimidade de que a ação política passe, hoje, pela busca de significantes capazes de reconfigurar o pacto social em direções plurais, suspendendo recalcamientos atávicos na sociedade brasileira e explicitando finalmente as linhas de força que nela se opõem ou convergem. A reivindicação de "lugar de fala" e a afirmação de significantes referentes a cor de pele, origens e gênero devem assim ser vigorosamente comemoradas, e em minha opinião seria grave equívoco a elas se opor em nome da crítica psicanalítica à lógica identitária e narcísica.

De fato, recusar a identidade em nome da alteridade, da diferença e da singularidade, hoje, é ignorar que se trata, com o recurso a significantes identitários, justamente de afirmar diferenças secularmente denegadas por discursos pseudo-desidentitários que relativizam a cor da pele pela afirmação de uma mestiçagem generalizada e despistam a violência de gênero através de uma suposta libertinagem carnavalesca. Isso não significa, porém, que a psicanálise deva ser descartada do debate - pelo contrário, acredito que ela tem muito a contribuir. Mas para podermos efetivamente nele tomar voz, parece-me necessário reconhecer a existência de uma es-

pécie de hiato entre o terreno no qual a psicanálise surge na Europa e aquele do colonialismo no qual ela é chamada a comparecer, no Brasil. Freud e Lacan tinham como ponto de partida, grosso modo, o mito do pacto social como compromisso igualitário entre irmãos, no qual cada um teria acesso equânime a certos significantes identitários, aos quais se oporiam outros significantes a agrupar mem-bros de outras fratrias. Diante de tal princípio da semelhança e da igualdade como base da sociedade, tratar-se-ia de emancipar o su-jeito pela via da crítica da identidade, em nome da alteridade cons-titutiva de si mesmo. Mas em uma sociedade cujo pacto social se dá pela exclusão de grande parte de seus integrantes da possibilidade de acederem à partilha significativa em grupos identificados por sig-nificantes e interesses próprios, em um país marcado pela violên-cia colonial como o nosso, desmascara-se a exclusão encoberta pela narrativa iluminista e o jogo revela-se muito mais complexo. Em um contexto em que as posições do eu e do outro se embaralham para que se escondam as diferenças entre opressores e oprimidos histo-ricamente constituídos, a identidade está, paradoxalmente, a servi-ço da alteridade.

Em outras palavras, dizer "eu é um outro", como faz o poeta Rimbaud, pode ser extremamente alienante, quando se trata de identificar-se com o outro opressor e assim eliminar qualquer pos-sibilidade de oposição a ele. Apenas sobre o pano de fundo da noção ocidental do sujeito racional e autônomo o descentramento do su-jeito pode ser concebido como potência desalienante e subversiva. E neste ponto a questão explicita seus contornos políticos, que são de fundamento, mais do que consistir na aplicação de um direcio-namento ideológico, digamos, a uma teoria coesa e bem estabele-cida. Trata-se de o lugar e o tempo no qual nos encontramos nos convocarem a recolocar em obra a teoria, inclusive em suas bases epistemológicas, ou seja, no que diz respeito às próprias condições de construção do pensamento. Não existe sujeito neutro corres-pondente a uma razão transcendental, como a própria psicanálise contribuiu para denunciar. O sujeito da enunciação não se oculta e cala diante do saber/poder do enunciado. Afirmar aqui que eu falo - mulher, branca, em um país periférico e marcado pela violência e desigualdade social da qual estou em grande parte protegida por

minha cor de pele e pelo fato de ser da classe média - não significa apenas pedir passagem para me pronunciar diante de grupos distintos; significa identificar-me para abrir micropoliticamente a via do reconhecimento destes. Aqui, a identidade mostra claramente, ao ser assumida como ponto de partida, sua dimensão performática como reconhecimento. Significa recusar a me apresentar como mera porta-voz de uma verdade incorpórea e sem localização geográfica. Exprime minha tentativa de descentrar o pensamento - e assumir tal deslocamento como gesto político.

Tentando assim deslocar um pouco os cânones, parece-me importante considerar a possibilidade de que o descentramento do sujeito hoje se desdobre, em nossa realidade, como processo de identificação coletiva. Que o traço *unário* do qual fala Lacan possa explicitar-se, neste contexto, como declinação particularizada de um princípio geral. Que em determinados contextos, o uso de categorias como "universal" ou "estrutural", no sentido de determinações apriorísticas e imutáveis, possa ser alienante, e que falar em seu nome possa consistir no exercício de uma posição de poder. Que a ética que nos pauta - aquela mesma da subversão do sujeito - implique neste momento histórico uma aliança com o desvelamento ativo das diferenças - especialmente de cor de pele e de gênero -, e portanto com os movimentos identitários, contra a alienação e a hipocrisia pseudo-desidentitária. Aqui e neste momento, parece-me inegável que se identificar ativamente pelo compartilhamento de significantes como preta/o ou mulher ou gay ou lésbica ou trans etc. é um ato de descentramento do lugar de confusão alienante entre eu e outro.

Isso não implica, entretanto, no abandono da ideia (ou do desejo) de que o laço social possa operar de modo distinto do compartilhamento de significantes que incidiriam igualmente sobre cada um de seus membros conforme o funcionamento da massa, tendendo a homogeneizá-los e calar dissensões e singularidades. Em primeiro lugar, talvez seja importante conceber que os significantes estão em movimento, eles circulam, se interseccionam e atritam, e chegam eventualmente a alterar-se, historicamente - e "as massas", no plural, estão igualmente em trânsito, em fluxos internos de divergência e convergência, constituindo-se em conflito e atrito, mais

do que na rígida e completa identificação entre seus membros que teria como complemento, em sua configuração fascista, a negação e a busca do aniquilamento do outro. Nessas movimentações internas, complexas, conflitantes e um tanto erráticas, talvez se deem, sim, laços não narcísicos, em pequenos acontecimentos que seriam como lapsos ou atos falhos. Afinal, se levamos a sério a afirmação freudiana de que a psicologia social «é, ao mesmo tempo, psicologia social»<sup>6</sup>, devemos apostar que também esteja em ação, na construção de um *entre nós*, vias plurais de dissonâncias e dissidências, nas quais o sujeito se subverta, sim, coletivamente.

Restam a inventar os modos como cada um de nós poderia se aliar a tal laço subversivo, e com ele colaborar na construção de significantes capazes de articular as identidades e as diferenças em prol de uma ampla frente de luta contra o fascismo.

6 Freud, Sigmund. (1986/1921). "Psicologia de grupo e a análise do eu". In *ESB*, v. XVIII, op. cit., p. 91.